

Daniela Couto Martins

**A REGULAÇÃO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO
SEGUNDO O MODELO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO**

Editora Fórum
Belo Horizonte

2006

**Localização: 665.6:342.4(81)
M386r**

Código de barras: STJ00062769

CATALOGAÇÃO NA FONTE

M386r

Martins, Daniela Couto

A regulação da indústria do petróleo segundo o modelo constitucional brasileiro / Daniela Couto Martins. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

254 p.

ISBN: 85-7700-008-7.

I. Título.

CDU: 34(81):665.6

CDD: 343.810772

ISBN: 85-7700-008-7.

Sumário

Introdução	9
<i>Capítulo 1</i>	
A Formação Constitucional Indústria do Petróleo	13
1.1 O monopólio da União Federal: reforma constitucional e flexibilização	13
1.2 A Constituição Econômica relativa à indústria do petróleo	30
1.2.1 Da ideologia constitucionalmente adotada	31
1.2.2 Hermenêutica constitucional	38
1.2.3 A concretização das políticas econômicas	41
1.2.4 Disposições constitucionais relativas à indústria do petróleo	47
1.2.4.1 Soberania: liberdade de opção pela exploração e produção, propriedade dos recursos minerais e remessa de lucros	51
1.2.4.2 Cidadania: participação na elaboração da legislação infraconstitucional	53
1.2.4.3 Dignidade da pessoa humana	53
1.2.4.4 Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	55
1.2.4.5 Desenvolvimento nacional	58
1.2.4.6 Erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais	59
1.2.4.7 Propriedade privada e função social da propriedade	60
1.2.4.8 Livre concorrência	62
1.2.4.9. Defesa do consumidor	64
1.2.4.10 Defesa do meio ambiente	64
1.2.4.11 Busca do pleno emprego	64
1.2.4.12 Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país	65
1.2.4.13 Ideologia constitucionalmente adotada em relação ao petróleo e seus derivados	65
<i>Capítulo 2</i>	
A Regulação Estatal da Atividade Econômica	75
2.1 Previsão constitucional e conceito de regulação	75
2.2 Origens e motivos da regulação	81
2.3 Justificativas técnicas da regulação	87
2.3.1 Monopólio	87
2.3.2 Externalidades	90
2.3.3 Barreiras à entrada e à saída	90

2.3.4 Introdução de concorrência	91
2.3.5 Disponibilidade e continuidade do serviço ou fornecimento de bens	92
2.3.6 Falta ou assimetria de informação	93
2.3.7 Poder de barganha desigual	94
2.3.8 Escassez e racionamento	94
2.3.9 Racionalização e coordenação	94
2.3.10 <i>Free-riders</i>	95
2.3.11 Apropriação estatal das rendas advindas da atividade econômica	96
2.4 Tipos de regulação	97

Capítulo 3

A Regulação para Concorrência nos Mercados em Transição	101
3.1 Mercado, concorrência perfeita e contestabilidade	101
3.2 Características da regulação para concorrência	105
3.2.1 Objetivo imediato de criação de um mercado competitivo	107
3.2.2 Complementaridade com a legislação antitruste	108
3.2.3 Regressividade	109
3.2.4 Origem em mudança de política econômica e alteração constitucional, legislativa e institucional	110
3.2.5 Influência de obrigações atinentes à prestação de serviços públicos	113
3.3 Objetivos da regulação para concorrência e instrumentos para sua realização	114
3.3.1 Desregulamentação	123
3.3.2 Criação de um órgão de controle independente	124
3.3.3 Separação das atividades potencialmente competitivas das atividades sujeitas a monopólio natural	126
3.3.4 Anulação dos efeitos de práticas contrárias à garantia, de fornecimento de bens e/ou serviços a todos os consumidores	127
3.3.5 Acesso ao mercado através de leilões, concessões e autorizações	130
3.3.6 Direito de acesso à infra-estrutura	132
3.3.7 Retirada de subsídios	135
3.3.8 Financiamentos do Estado e incentivos fiscais	136
3.3.9 Anulação dos efeitos de condutas anticompetitivas	136
3.3.10 Anulação de desequilíbrios entre os concorrentes	137
3.3.11 Tratamento de eventuais prejuízos do ex-monopolista	138
3.3.12 Coordenação entre o planejamento estatal e os investimentos privados	142
3.3.13 Definição da propriedade das empresas atuantes no mercado	142

3.3.14 Criação de oportunidades de entrada de agentes no mercado	143
3.4 Regulação para concorrência na indústria do petróleo	143

Capítulo 4

As Justificativas da Regulação da Indústria do Petróleo	145
4.1 As justificativas para a regulação estatal da indústria do petróleo	145
4.2 Justificativas técnicas da regulação e análise de sua aplicabilidade à indústria do petróleo nacional	148
4.2.1 Monopólio da União Federal	148
4.2.2 Externalidades negativas	151
4.2.3 Disponibilidade e continuidade do serviço ou do fornecimento de bens	152
4.2.4 Apropriação estatal das rendas advindas da atividade econômica	152
4.3 Características da regulação para concorrência na indústria do petróleo nacional	157
4.3.1 Objetivo imediato de criação de um mercado competitivo	158
4.3.2 Complementaridade com a legislação antitruste	159
4.3.3 Regressividade	161
4.3.4 Origem em mudança de política econômica com alteração constitucional, legislativa e institucional	161
4.3.5 Influência de obrigações atinentes à prestação de serviços públicos	161
4.4 Justificativas técnicas e medidas específicas da regulação para concorrência aplicáveis à indústria do petróleo nacional	168

Capítulo 5

A Regulação da Indústria do Petróleo no Brasil e sua Análise sob a Ótica da Constituição Federal de 1988	171
5.1 Medidas da regulação para a concorrência	172
5.1.1 Desregulamentação: preparação para a abertura do mercado	172
5.1.2 A criação de um órgão regulador independente	181
5.1.3 Separação de atividades potencialmente competitivas das atividades não sujeitas ao regime concorrencial	188
5.1.4 Anulação dos efeitos das condutas contrárias à garantia de fornecimento e à garantia de abastecimento: combate ao <i>cream-skimming</i>	189
5.1.5 Acesso ao mercado através de concessões e autorizações	198

5.1.6 Direito de acesso à infra-estrutura	215
5.1.7 Retirada de subsídios	219
5.1.8 Financiamentos do Estado e incentivos fiscais	220
5.1.9 Eliminação dos efeitos de condutas anticompetitivas	225
5.1.10 Anulação de desequilíbrios entre os concorrentes	226
5.1.11 Tratamento de eventuais prejuízos do ex-monopolista,	229
5.1.12 Coordenação do planejamento estatal e investimentos privados	230
5.1.13 Propriedade das empresas atuantes no mercado	231
5.1.14 Criação de oportunidades de entrada de agentes no mercado	234
Conclusão	237
Referências	243
Índice	251